

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE  
**OPERAÇÃO DE DEPOSIÇÃO  
DE RESÍDUOS EM ATERRO**

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

## 1. Apresentação

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, para efeitos de instrução do pedido de licença para a operação de deposição de resíduos em aterro, o requerente solicita à CCDR territorialmente competente parecer sobre a compatibilidade da localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação deste tipo de processos.

Esta norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

## 2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto-Lei n.º 183/2009**, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro;
- **Portaria n.º 314/2010**, de 14 de junho (taxas);
- **Decreto-Lei n.º 4/2015**, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo - CPA).

## 3. Tramitação dos processos

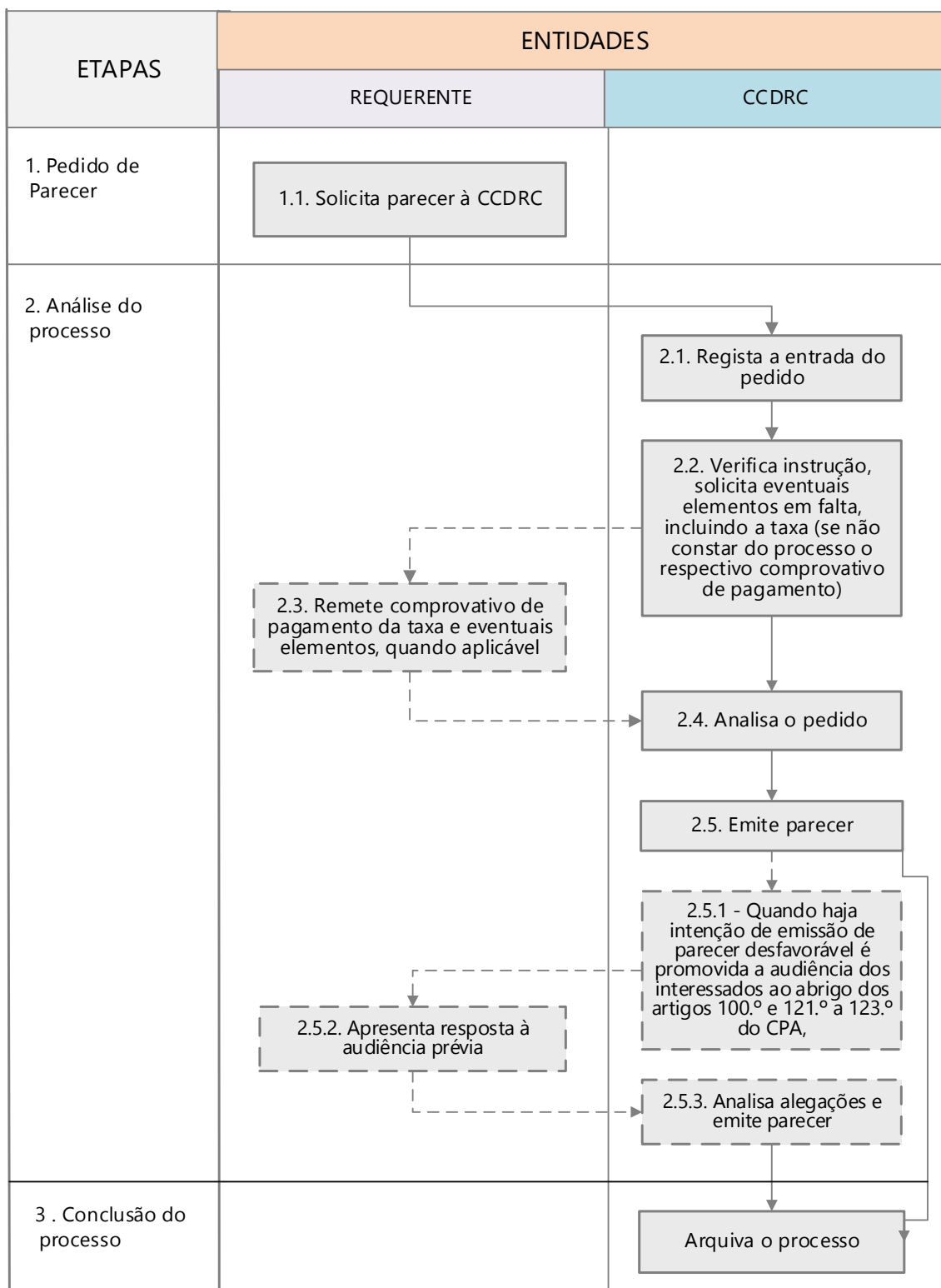
Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de emissão de parecer sobre a compatibilidade da localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p><a href="#">Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro</a></p> <p><a href="#">Portaria n.º 314/2010-Taxa</a></p> <p><a href="#">Decreto-Lei n.º 4/2015 (CPA)</a></p>	<p><b>1 - Apresentação do pedido de parecer</b></p> <p>1.1 - O requerente remete à CCDRC o pedido de parecer, o qual é instruído com os elementos constantes do modelo de requerimento CCDRC-DSOT/DGT-8/2019.</p> <p>Notas (situações que carecem de parecer da CCDRC):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quando não está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), conforme definido no Regime Jurídico de AIA (RJAIA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.</li> <li>2. Quando não se localiza em área expressamente destinada a esse uso prevista em instrumento de gestão territorial (IGT).</li> <li>3. Quando não está inserido num estabelecimento sujeito ao regime de exercício da atividade industrial, cuja localização tenha sido apreciada no âmbito do respetivo procedimento para instalação e exploração de estabelecimento industrial.</li> </ol>
<p><a href="#">Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro</a></p> <p><a href="#">Portaria n.º 314/2010-Taxa</a></p> <p><a href="#">Decreto-Lei n.º 4/2015 (CPA)</a></p>	<p><b>2 - Análise do processo</b></p> <p>2.1 - A CCDRC regista a entrada do processo.</p> <p>2.2 - A CCDRC verifica a instrução do processo, solicitando eventuais elementos que se mostrem necessários para a sua apreciação, incluindo a taxa, se não constar o respetivo comprovativo de pagamento (<i>Portaria n.º 314/2010, Anexo – Item III, 3.2</i>).</p> <p>2.3. - O requerente envia os elementos solicitados, quando aplicável, e remete o comprovativo de pagamento da taxa à</p>

<p><a href="#">Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro</a></p> <p><a href="#">Portaria n.º 314/2010-Taxa</a></p> <p><a href="#">Decreto-Lei n.º 4/2015 (CPA)</a></p>	<p>CCDRC.</p> <p>Nota: O pagamento é efetuado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;</li> <li>▪ Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por: <ul style="list-style-type: none"> <li>–Multibanco (preferencialmente);</li> <li>–Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR;</li> <li>–Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.</li> </ul> </li> </ul> <p>2.4. A CCDRC procede à análise do processo.</p> <p>2.5. A CCDRC emite o parecer sobre o pedido, no prazo de 20 dias (n.º 3 do art.º 20.º do DL 183/2009, de 10 de agosto)</p> <p>2.5.1. Quando haja intenção de emissão de parecer desfavorável, é promovida a audiência dos interessados ao abrigo dos artigos 100.º e 121.º a 123.º do CPA.</p> <p>2.5.2. Os interessados apresentam resposta à audiência prévia.</p> <p>2.5.3. A CCDRC analisa alegações. Se a resposta ao abrigo do CPA permite ultrapassar as questões que obstavam à viabilização da pretensão, emite parecer favorável. Caso contrário emite parecer desfavorável.</p> <p><b>3 - Concluídos os procedimentos anteriores a CCDRC arquiva o processo.</b></p>
---	---

#### 4. Fluxograma da tramitação do processo



## **5. Modelo de requerimento de comunicação prévia disponível no portal da CCDRC em:**

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Operações de deposição de resíduos em aterro - (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 8/2019)